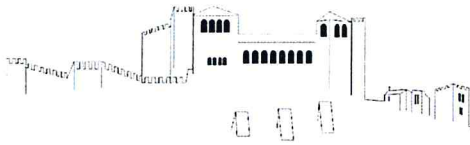


Município De Leiria

Grupo Autárquico

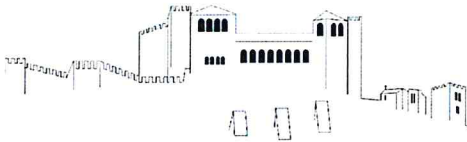
Contas Consolidadas

2014



Índice

I.	Introdução	3
II.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	4
II.1	Balanço Consolidado	5
II.2	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	7
II.3	Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais	8
III.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	9
III.1	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	10
III.1.1.	Entidades incluídas no perímetro de consolidação	10
III.1.2.	Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação	11
III.2	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	14
III.3	Informações relativas aos procedimentos de consolidação	14
III.4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos	14
III.5	Informações sobre saldos e fluxos financeiros	17
III.6	Informações relativas a compromissos	18
III.7	Informações relativas a políticas contabilísticas	19
III.8	Informações relativas a determinadas rubricas	22
III.8.1	Ativo Imobilizado	22
III.8.2	Ativo Circulante	23
III.8.3	Recursos Humanos e Remunerações aos Órgãos Sociais	24
III.8.4	Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros	24
III.8.5	Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários	25
III.8.6	Desdobramento das contas de provisões	25
III.9	Informações Diversas	26
IV.	Relatório de Gestão Consolidado	29



I - Introdução

Em 2014, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e de acordo com os seus artigos 75.º e 76.º, os Municípios elaboram e aprovam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, de modo a que as mesmas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Assim, o grupo autárquico é composto pelo Município, como entidade mãe ou consolidante e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

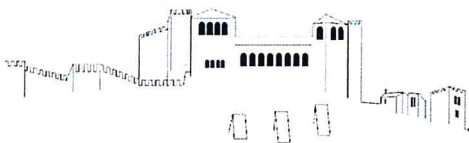
- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deve conter a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O Município de Leiria apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), relativas ao exercício de 2014, reportado à data de 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, several initials (e.g., 'D', 'A', 'U', 'M'), and a signature at the bottom.



Município de Leiria

Grupo Autárquico



II. Demonstrações Financeiras Consolidadas

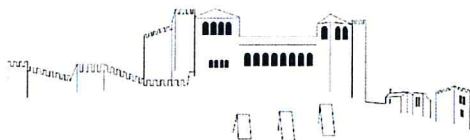
II.1 Balanço Consolidado

II.2 Demonstração Consolidada dos Resultados
por Natureza

II.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de
Operações Orçamentais

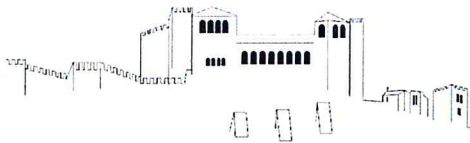


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'PD' and several other illegible marks.



II.1 – Balanço Consolidado

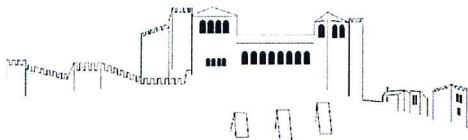
ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2014			Ano: 2013
	DESCRÇÃO	ACTIVO		
		AB	Inicial A/P	AL
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	5.059.479,07	-	5.059.479,07	4.908.323,75
Outras construções e infra-estruturas	10.870.021,12	2.815.779,03	8.054.242,09	3.691.545,48
Bens do património histórico, artístico e cultural	96.315,73	-	96.315,73	96.315,73
Imobilizações em curso	23.287.557,24	-	23.287.557,24	24.321.099,26
	39.313.373,16	2.815.779,03	36.497.594,13	33.017.284,22
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.467.799,47	1.467.799,47	-	-
Despesas de investigação e desenv.	-	-	-	-
Propriedade industrial e out. dir.	1.481.534,93	1.302.516,93	179.018,00	358.323,51
Imobilizações em curso	293.975,07	-	293.975,07	265.721,30
	3.243.309,47	2.770.316,40	472.993,07	624.044,81
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	10.432.514,89	-	10.432.514,89	10.305.379,33
Edifícios e outras construções	166.270.016,18	55.946.679,50	110.323.336,68	110.530.125,65
Equipamento básico	16.745.473,21	13.400.251,37	3.345.221,84	4.078.121,67
Equipamento de transporte	1.504.709,09	1.344.846,27	159.862,82	172.277,07
Ferramentas e utensílios	149.628,78	137.997,00	11.631,78	16.052,97
Equipamento administrativo	4.303.692,60	3.389.885,74	913.806,86	1.138.748,00
Taras e Vasilhames	8.458,87	7.841,71	617,16	464,73
Outras imobilizações corpóreas	423.651,01	315.800,04	107.850,97	10.958.762,27
Imobilizações em curso	101.420.631,46	-	101.420.631,46	99.261.712,11
	301.258.776,09	74.543.301,63	226.715.474,46	236.461.643,80
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	7.404.717,66	921.355,00	6.483.362,66	-
Investimentos em imóveis	1.321.575,00	56.419,94	1.265.155,06	2.778.663,94
Imobilizações em curso	10.822.878,33	-	10.822.878,33	1.125.402,14
	19.549.170,99	977.774,94	18.571.396,05	3.904.066,08
	363.364.629,71	81.107.172,00	282.257.457,71	274.007.038,91
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	734.078,24	6.253,24	727.825,00	729.860,41
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	71,05
	734.078,24	6.253,24	727.825,00	729.931,46
Dívidas de terceiros- Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	360.000,00	-	360.000,00	360.000,00
Clientes, c/c	662.140,45	-	662.140,45	929.583,71
Contribuintes c/c	748.582,04	-	748.582,04	803.246,62
Utentes, c/c	2.086.433,58	-	2.086.433,58	1.967.265,54
Clientes de cobrança duvidosa	1.584.723,67	1.268.660,64	316.063,03	133.042,17
Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	161.149,26	-	161.149,26	198.475,75
Administração autárquica	-	-	-	-
Outros devedores	2.416.844,94	-	2.416.844,94	1.647.789,85
	8.019.873,94	1.268.660,64	6.751.213,30	6.039.403,64
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	-	-	-	-
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos a Prazo	-	-	-	100,00
Depósitos bancários	22.731.466,27	-	22.731.466,27	14.075.775,33
Caixa	1.365,48	-	1.365,48	64.281,44
	22.732.831,75	-	22.732.831,75	14.140.156,77
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	25.347.063,79	-	25.347.063,79	22.349.623,09
Custos diferidos	584.212,81	-	584.212,81	498.940,00
	25.931.276,60	-	25.931.276,60	22.848.563,09
Total de amortizações		80.129.397,06		
Total de provisões		2.252.688,82		
Total do activo	420.782.690,24	82.382.085,88	338.400.604,36	317.765.093,87



Município de Leiria
Grupo Autárquico

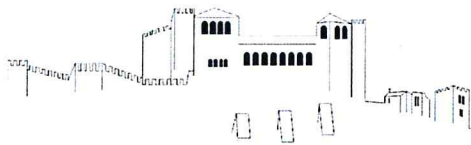
ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2014	Ano: 2013
DESCRICÃO	Final	
FUNDOS PRÓPRIO E PASSIVO		
Fundos Próprio:		
Património	91 867 838,93	81 612 660,70
Prestações suplementares	-	-
Prémios de emissão de ações (quotas)	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	261 881,91	(2 086 950,52)
Reservas de reavaliação	163 047,40	61 791,42
Reservas:	-	-
Reservas legais	22 340 226,43	21 686 851,39
Reservas estatutárias	-	-
Reservas livres	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	2 516 576,01
Reservas Doações	5 749 062,26	5 588 954,02
Reservas Transf. Activos	12 642 027,38	12 642 027,38
Resultados transitados	27 630 595,23	20 928 046,91
Subtotal	160 768 531,46	143 005 630,64
Resultado líquido do exercício	12 840 460,93	12 051 236,40
Total Capital Próprio	173 608 992,39	155 056 867,04
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	8 136 471,74	3 918 731,44
	8 136 471,74	3 918 731,44
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	-	-
Empréstimos obtidos	49 225 184,90	56 563 643,61
Outros credores	2 847 881,79	-
Fornecedores de imobilizado	1 713 767,16	2 766 697,61
Empresas do grupo	-	-
Administração Autárquica	-	-
	53 786 833,85	59 330 341,22
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos obtidos	5 539 950,73	6 762 068,98
Fornecedores, c/c	1 519 634,26	1 976 197,88
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	244 389,31	444 201,34
Credores pela execução orçamento	-	-
Adiantamentos de clientes	254 825,72	335 857,28
Fornecedores de imobilizado, c/c	250 277,52	301 483,20
Estado e outros entes públicos	337 627,56	219 106,66
Administração Autárquica	-	-
Outros credores	1 920 279,59	953 688,11
Garantias e cauções	995 485,02	851 353,05
	11 062 469,71	11 843 956,50
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2 414 533,79	2 826 592,15
Proveitos diferidos	89 391 302,88	84 788 605,52
	91 805 836,67	87 615 197,67
Total do Passivo	164 791 611,97	162 708 226,83
Total do Cap. Próprio e do Passivo	338 400 604,36	317 765 093,87

Contas Consolidadas 2014



II.2 – Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

Entidade: Grupo Autárquico		2014	2013
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CUSTOS E PERDAS		TOTAL	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	-	105,82
	Matérias	690.346,08	617.685,26
		690.346,08	617.791,08
62	Fornecimentos e serviços externos	25.200.605,14	27.055.332,01
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	12.255.917,68	13.040.600,13
643 a 648	Encargos sociais	3.428.618,45	3.146.379,70
63	Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais	1.650.663,70	1.899.063,44
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	6.400.858,42	7.032.681,39
67	Provisões	6.166.408,02	866.025,91
		29.902.466,27	25.984.750,57
	Impostos	-	-
65	Outros custos operacionais	324.153,26	464.042,09
	Total A)	56.117.570,75	54.121.915,75
	Perdas em empresas do grupo	-	-
68	Outros juros e custos similares	3.215.612,71	1.969.851,79
	Total C)	59.333.183,46	56.091.767,54
69	Custos e perdas extraordinários	2.477.024,29	3.360.039,12
	Total E)	61.810.207,75	59.451.806,66
	Imposto sobre o rendimento do exercício	-	2.194,14
	Total G)	61.810.207,75	59.454.000,80
88	Resultado líquido do exercício consolidado	12.840.460,93	12.051.236,40
		74.650.668,68	71.505.237,20
DESCRICÃO PROVEITOS E GANHOS		2014	2013
	Vendas e prestações de serviços		
7111	Mercadorias	4.742.907,70	4.750.214,03
7112+7112	Produtos	8.183.465,02	7.399.711,13
712	Prestações de serviços	12.926.372,72	12.149.925,16
72	Impostos e Taxas	33.236.192,56	30.532.220,28
	Variação da produção	-	-
75	Trabalhos para propria Entidade	76.604,09	214.814,10
73	Proveitos suplementares	11.603,64	4.620,95
74	Transf e Subsídios Obtidos	19.561.634,11	20.397.584,71
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	56.176,53	63.474,58
		52.942.210,93	51.212.714,62
	Total B)	65.868.583,65	63.362.639,78
	Ganhos em empresas do grupo	-	-
78	Outros juros e proveitos similares	3.305.772,34	3.292.777,89
		3.305.772,34	3.292.777,89
	Total D)	69.174.355,99	66.655.417,67
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5.476.312,69	4.849.819,53
	Outros	-	-
		5.476.312,69	4.849.819,53
	Total F)	74.650.668,68	71.505.237,20
	Resultados Operacionais (B)-(A):	9.751.012,90	9.240.724,03
	Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	90.159,63	1.322.926,10
	Resultados Correntes (D-C)	9.841.172,53	10.563.650,13
	Resultado Líquido Consolidado (F-G):	12.840.460,93	12.051.236,40
	Resultados Extraordinários	2.999.288,40	1.489.780,41



II.3 – Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

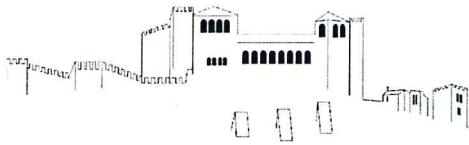
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	13.946.142,60	Despesas Orçamentais	73.611.848,43
Execução orçamental	12.191.347,55	Correntes	49.301.981,15
Operações de tesouraria	1.754.795,05	Capital	24.309.867,28
Receitas Orçamentais	82.187.340,19	Operações de Tesouraria	4.311.489,46
Correntes	70.260.816,38		
Capital	11.755.131,71	Saldo para a gerência seguinte	22.732.831,75
Outras	171.392,10	Execução orçamental	20.766.839,31
Operações de Tesouraria	4.522.686,86	Operações de tesouraria	1.965.992,44
Total	100.656.169,65	Total	100.656.169,64

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano de 2014 aparece refletido no mapa supra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a €86.710.027,05, sendo €82.187.340,19 provenientes de receitas orçamentais e €4.522.686,86 resultantes de operações de tesouraria.

Desta forma, sendo a despesa global, em termos orçamentais (€73.611.848,43), inferior em €8.575.491,76 em relação à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de €12.191.347,55, o saldo a transitar para o ano seguinte é de €20.766.839,31.

Ao saldo anteriormente referido, acrescem €1.965.992,44 como saldo de operações de tesouraria.



III. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1 Entidades incluídas no perímetro de consolidação

III.1.2 Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

III.2 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

III.3 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

III.4 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

III.5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros

III.6 Informações relativas a compromissos

III.7 Informações relativas a políticas contabilísticas

III.8 Informações relativas a determinadas rubricas

III.8.1 Ativo Imobilizado

III.8.2 Ativo Circulante

III.8.3 Recursos Humanos e Remuneração aos Órgãos Sociais

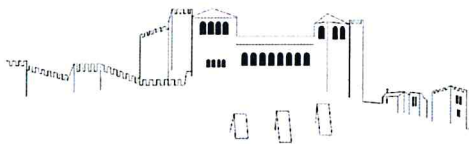
III.8.4 Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

III.8.5 Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

III.8.6 Desdobramento das contas de provisões

III.9 Informações Diversas





III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 91/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2014, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	N.º Trabalhadores	% de capital	Obs.
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa;	662	NA	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Apartado 71 - EC Marrazes - 2416-757 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais;	137	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Heróis de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais;	20	100%	c)

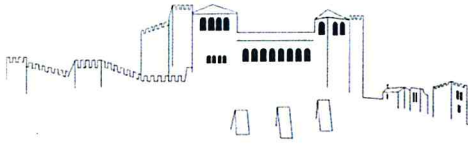
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro

b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro

c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria

Comparativamente com o ano de 2013, importa referir que a participação de 100% na empresa municipal Leirisport desaparece, dado que a mesma foi internalizada no Município durante o ano de

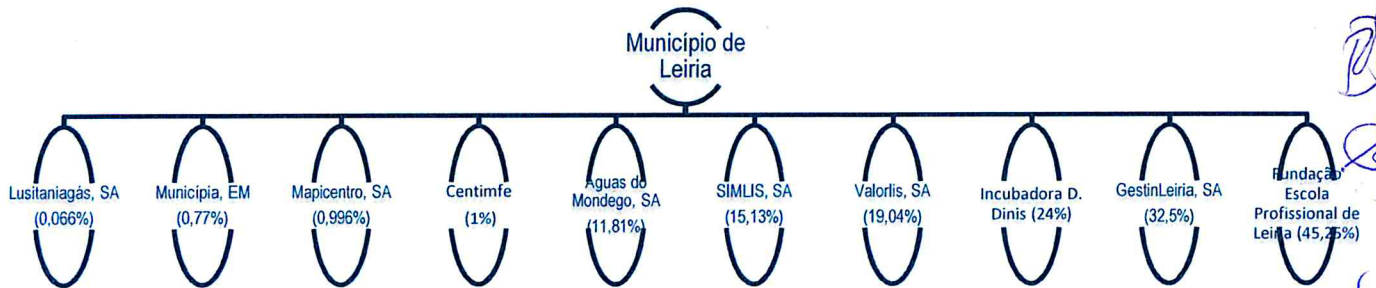
Contas Consolidadas 2014



2014 e por consequência agregada às rubricas de ativos, passivos e fundos próprios correspondentes, tendo essa informação ficado vertida nas contas individuais municipais já aprovadas.

III.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio.



Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, SA

Concessionária de serviço público de distribuição de gás natural na Região Centro, foi constituída em 30 de Janeiro de 1992, tem sede em Aveiro e assinou o Contrato de Concessão com o Estado Português a 16 de Dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade no ano seguinte.

Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, SA

É uma sociedade anónima, enquadrada juridicamente no sector empresarial local, que opera nas áreas da fotografia aérea, cadastro, cartografia, formação, consultoria, sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de aplicações. Atua no território continental, nas regiões autónomas e também em África. Foi fundada em 1999 e está sediada no TagusPark, em Oeiras.

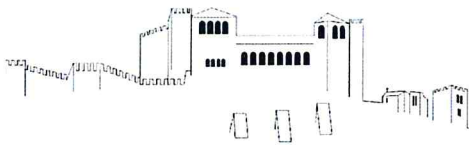
Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos SA,

A sociedade tem por objeto a atividade de abate de gado, dando sempre prioridade aos abates a efetuar em regime de prestações de serviços a terceiros para abastecimentos público em carnes verdes dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós e ainda a industrialização de carnes, seus produtos e derivados e tem a sua sede em Leiria.

Centimfe

O centro, com sede na Marinha Grande, baseia a sua atividade no contacto muito próximo com as empresas, de modo a conhecer permanentemente as suas necessidades e estar à altura de lhes fornecer soluções específicas, apoio técnico, serviços inovadores e de qualidade, e informação estratégica.

Contas Consolidadas 2014



Águas do Mondego, SA

Tem como principal objetivo conceber, construir e explorar as infra-estruturas do sistema multimunicipal e prestar serviços de ensaios laboratoriais em águas e efluentes líquidos, em segurança e de forma ambientalmente sustentável e está sediada em Coimbra.

SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA

Com sede em Leiria, foi constituída em Dezembro de 1999 (Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de Dezembro) tendo-lhe sido atribuída a concessão para exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis por um prazo de 30 anos. A resolução dos problemas de poluição da bacia hidrográfica do Rio Lis e a revalorização ambiental deste importante recurso hídrico é o seu principal objetivo. O seu objeto social passa por construir, gerir e explorar o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis, recuperando, valorizando e protegendo os seus Recursos Hídricos.

Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Criada a 6 de Agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós e está sediada em Leiria. O seu objetivo é a valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura.

Incubadora D. Dinis

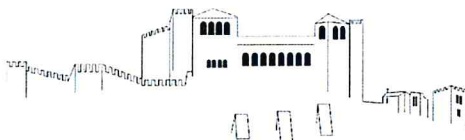
Entidade criada em julho de 2014 pelo Instituto Politécnico de Leiria, Nerlei e Município de Leiria, com a colaboração do Instituto Pedro Nunes e com sede em Leiria. Tem como missão criar uma infra-estrutura que responda às necessidades atuais e futuras da Região ao nível da produção científica, do acolhimento a entidades e empresas de elevado potencial tecnológico, da formação avançada em ciência e tecnologia e do fomento ao empreendedorismo empresarial em áreas tecnológicas.

GestinLeiria, Parques Empresariais de Leiria, SA

A atividade da GestinLeiria, S.A. traduz-se na criação das condições práticas indispensáveis para a operacionalização do Parque Empresarial de Leiria e esta sediada em Leiria.

Fundação Escola Profissional de Leiria

Foi criada no dia 4 de Outubro de 1989, data da celebração do contrato-programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro, com a alteração publicada no 3º suplemento da 1ª série do D.R. de 31 de Janeiro de 1989. Foram outorgantes, o Estado, representado pelo Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional, a Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial de Leiria, hoje Associação Comercial e Industrial de Leiria. A 1 de Agosto



de 1999, passou a designar-se Fundação Escola Profissional de Leiria. Porém, os seus objetivos mantêm-se: assegurar a consolidação do projeto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e outras a que se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação. A sede da fundação é em Leiria.

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro. De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

As entidades a enquadrar neste âmbito são as seguintes:

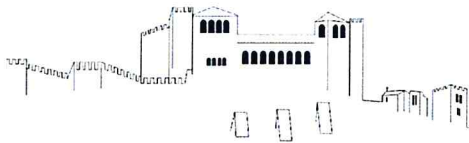
Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Fundação Escola Profissional	45%	50.000,00
GestinLeiria, SA	32,5%*	162.500,00
Incubadora D. Dinis	24%	47.500,00

*Por deliberação da Câmara Municipal de 28 de dezembro de 2010 e aprovação pela Assembleia Municipal na sua sessão de 25 de fevereiro de 2011, foi decidido aumentar a participação no capital da empresa GestinLeiria, pela via da aquisição da participação detida pelo NERLEI.

As participações financeiras detidas pelo Município e em que este não tem influência significativa, ou seja as inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que o custo de aquisição é inferior ao preço de mercado devem ser constituídas provisões para depreciação de investimentos financeiros. Nestes termos, o Município detém as seguintes participações:

Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Valorlis, SA	19,04%	380.800,00
Simlis, SA	15,13%	756.355,00
Águas do Mondego, SA	11,81%	2.186.426,00
Centimfe	1,00%	3.741,00
Mapicentro, SA	0,99%	22.750,00
Municípiã, SA	0,77%	24.950,00
Lusitaniagás, SA	0,07%	13.615,00

Contas Consolidadas 2014



III.2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Comparativamente com o ano anterior, importa referir que a participação de 100% na empresa municipal Leirisport desaparece, dado que a mesma foi internalizada no Município durante o ano de 2014 e por consequência agregada às rubricas de ativos, passivos e fundos próprios correspondentes, tendo essa informação ficado vertida nas contas individuais municipais já aprovadas.

No entanto, não está em causa a imagem verdadeira e apropriada das contas consolidadas, dado que o Município relevava a participação nesta entidade pelo Método de Equivalência Patrimonial, pelo que as contas individuais refletiam, quer os valores dos resultados líquidos, quer as variações dos Capitais Próprios, da Leirisport.

III.3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Para garantir uma homogeneização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas do Teatro José Lúcio da Silva, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

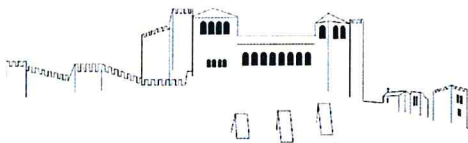
Tendo em consideração o perímetro de consolidação e à semelhança dos anos transactos aplicou-se ao processo de consolidação o método de integração integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respectivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento foram anuladas as operações internas referentes a higiene e segurança no trabalho, resíduos sólidos, empréstimos, subsídios, tarifas de ligação de saneamento e consumo de água. Foram ainda, anulados os saldos das contas 26.4 – Administração Autárquica relativa a empréstimos e quantia de dívidas cobradas coercivamente e também a transferência efetuada para cobertura das perdas de exploração.

No que se refere ao Teatro José Lúcio da Silva foram anuladas as operações referentes aos subsídios obtidos e à prestação de serviços efetuada ao Município.

III.4 – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O endividamento de curto, médio e longo prazo do grupo autárquico encontra-se espelhado no mapa infra e cifra-se em € 65.054.206,53.



Município de Leiria
Grupo Autárquico

Conta	Descrição	Município*	SMAS**	TJLS	Total	Observações
21	Clientes	94.713,14	267.901,89	0,00	362.615,03	
217	Clientes e utentes com cauções	94.713,14	13.076,17	0,00	107.789,31	Não Orçamental
219	Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes		254.825,72		254.825,72	Curto Prazo
22	Fornecedores	213.387,43	3.222.039,52	10.871,46	3.446.298,41	
221	Fornecedores c/c	438,35	3.222.039,52	10.871,46	3.233.349,33	Curto Prazo
228	Fornecedores em receção e conferência	212.949,08	0,00	0,00	212.949,08	Curto Prazo
23	Empréstimos obtidos	54.765.135,63	0,00	0,00	54.765.135,63	
2311	Empréstimos obtidos - curto prazo	5.539.950,73	0,00	0,00	5.539.950,73	Curto Prazo
2312	Empréstimos obtidos - medio e longo prazo	49.225.184,90	0,00	0,00	49.225.184,90	Longo Prazo
24	Estado e Outros entes públicos	349.793,04	42.870,05	25.933,25	418.596,34	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	89.509,34	25.212,11	1.743,50	116.464,95	
2421	Trabalho dependente	83.852,00	23.044,00	1.638,00	108.534,00	Não Orçamental
2422	Trabalho independente	243,34	921,11	17,50	1.181,95	Não Orçamental
2424	Prediais	375,00	0,00	0,00	375,00	Não Orçamental
2425	Pensões	13,00	22,00	0,00	35,00	Não Orçamental
2428	Sobretaxa extraordinária	5.026,00	1.225,00	0,00	6.251,00	Não Orçamental
2429	Sobre outros rendimentos	0,00	0,00	88,00	88,00	Não Orçamental
243	Imposto sobre o valor acrescentado	11.951,33	0,00	19.454,70	31.406,03	
2436	IVA a pagar	11.951,33	0,00	19.454,70	31.406,03	Curto Prazo
244	Restantes Impostos	805,65	-788,48	0,00	17,17	
2441	Imposto de Selo	805,65	-788,48	0,00	17,17	Não Orçamental
245	Contribuições para a Segurança Social	236.789,94	18.385,55	4.735,05	259.910,54	
2451	CGA	185.185,96	18.385,55	0,00	203.571,51	
24511	CGA - Descontos de Pessoal	58.857,80	18.385,55	0,00	77.243,35	Não Orçamental
24512	CGA - Encargos autarquia	126.328,16	0,00	0,00	126.328,16	Curto Prazo
2453	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	51.603,98	0,00	4.735,05	56.339,03	
24531	IGFSS - Descontos de Pessoal	16.727,18	0,00	4.735,05	21.462,23	Não Orçamental
24532	IGFSS - Encargos da Autarquia	34.876,80	0,00	0,00	34.876,80	Curto Prazo
246	Serviço Estrangeiros e Fronteiras	307,57	0,00	0,00	307,57	Não Orçamental
247	Direção Geral dos Impostos - Penhoras	10.429,21	0,00	0,00	10.429,21	Não Orçamental
249	Outras Contribuições	0,00	60,87	0,00	60,87	Não Orçamental
26	Outros devedores e credores	5.211.806,05	849.736,46	18,61	6.061.561,12	
261	Fornecedores de imobilizado	952.774,48	748.226,56	0,00	1.701.001,04	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	220.873,87	0,00	220.873,87	Curto Prazo
2612	Fornecedores de imobilizado - garantias	887.695,71	527.352,69	0,00	1.415.048,40	Não Orçamental
2615	Fornecedores de imobilizado - bens invest.	29.403,65	0,00	0,00	29.403,65	Curto Prazo
2618	Fornecedores de imobilizado c/c conferência	35.675,12	0,00	0,00	35.675,12	Curto Prazo
262	Pessoal	56.458,52	0,00	18,61	56.477,13	
2621	Remunerações a Pagar			18,61	18,61	Curto Prazo
2629	Outras operações c/o Pessoal	56.458,52	0,00	0,00	56.458,52	Não Orçamental
263	Sindicatos	1.709,17	0,00	0,00	1.709,17	Não Orçamental
264	Dividas Cobradas Coercivamente - SMAS	70.822,56	0,00	0,00	70.822,56	Não Orçamental
266	Internalização	192.494,56	0,00	0,00	192.494,56	Curto Prazo
268	Devedores e credores diversos	3.937.546,76	101.509,90	0,00	4.039.056,66	
2681	Outros Credores Diversos	34.426,35	60.231,33	0,00	94.657,68	Não Orçamental
2683	Credores Administrações Públicas - FAM	3.322.528,79	0,00	0,00	3.322.528,79	
26831	Fundo Apoio Municipal - M/L prazo	2.847.881,79	0,00	0,00	2.847.881,79	FAM
26832	Fundo Apoio Municipal - curto prazo	474.647,00	0,00	0,00	474.647,00	FAM
2684	Credores de transferências das autarquias	430.810,06	0,00	0,00	430.810,06	Curto Prazo
2685	Credores por descontos de pessoal	12.220,17	0,00	0,00	12.220,17	Não Orçamental
2689	Credores diversos - Outros	116.108,68	41.278,57	0,00	157.387,25	Curto Prazo
		21.452,71	0,00	0,00	21.452,71	Não Orçamental
Total das Dívidas a Terceiros		60.694.835,29	4.382.547,92	36.823,32	65.054.206,53	
Contribuição do Município para o FAM		3.322.528,79	0,00	0,00	3.322.528,79	
Total das Dívidas a Terceiros sem o FAM		57.312.306,50	4.382.547,92	36.823,32	61.731.677,74	
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		49.225.184,90	0,00	0,00	49.225.184,90	
Dividas a terceiros - Curto Prazo		6.764.659,40	3.739.017,68	30.344,77	10.534.021,85	
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria		1.322.462,20	643.530,24	6.478,55	1.972.470,99	

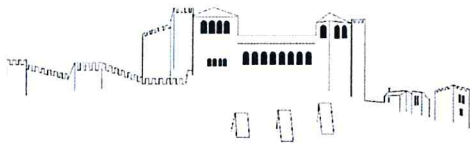
* Foi deduzido o valor de € 142,30, dado que se trata do saldo credor dos SMAS relevado nas contas do Município

** Na dívida dos SMAS não foi considerado o saldo credor da conta 26.4, relativa aos empréstimos, dado que já se encontram relevado na dívida do Município

Contas Consolidadas 2014

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



Município de Leiria
Grupo Autárquico

Após movimentos de consolidação, ou seja, agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza e eliminação das operações internas, nomeadamente créditos e débitos das entidades que integram o perímetro de consolidação, elaborou-se o seguinte mapa de endividamento consolidado:

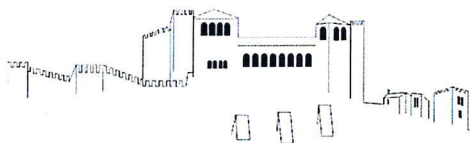
Descrição	Dívida Consolidada
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos	53.786.833,85
Empréstimos obtidos	49.225.184,90
Outros credores - FAM	2.847.881,79
Fornecedores de imobilizado	1.713.767,16
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	11.062.469,71
Empréstimos obtidos - curto prazo	5.539.950,73
Fornecedores, c/c	1.519.634,26
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	244.389,31
Adiantamentos de clientes	254.825,72
Fornecedores de imobilizado, c/c	250.277,52
Estado e outros entes públicos	337.627,56
Outros credores	1.920.279,59
Garantias e cauções	995.485,02
Total da Dívida Consolidada	64.849.303,56

Verifica-se que o total da dívida consolidada a terceiros, à data de 31 de dezembro de 2014, é de €64.849.303,56. Destes valores fazem parte as dívidas de curto prazo, no montante de €11.062.469,71, onde se encontra refletido o montante de €5.539.950,73 relativo às amortizações a liquidar no ano seguinte. A dívida de longo prazo totaliza €53.786.833,85 e diz respeito à parte dos empréstimos cujo vencimento vai para além de 2015 e que se cifra-se em €49.225.184,90. Reflete o montante de €2.847.881,79 relativo à parte do Fundo de Apoio Municipal, cujo prazo é superior a 1 ano e a dívida a fornecedores de imobilizado.

Maturidade e Natureza da Dívida Bruta

As dívidas a terceiros de longo prazo, vencíveis a 4 ou mais anos, encontram-se espelhadas no mapa infra, bem como a finalidade para o qual foram contraídas.

Contas Consolidadas 2014



Finalidade do Empréstimo	Entidade Credora	Valor do Empréstimo		Data		Capital em dívida no final de			
		Contratado	Utilizado	Visto TC	Vencimento	2015	2016	2017	2018
Programa Pagar a Tempo e Horas	DGTF	3 814 400,00	3 814 400,00	20/10/2008	06/10/2018	1 907 200,00	1 144 320,00	381 440,00	0,00
Obras Inscritas no Plano	TOTTA	4 347 023,67	4 347 023,67	27/07/2001	01/02/2019	1 308 370,55	1 073 529,55	839 814,15	607 224,35
PREDE	DGTF	4 274 320,00	4 274 320,00	04/05/2009	24/04/2019	1 872 392,66	1 337 423,34	802 454,02	267 484,70
S.M.A.S.	TOTTA	1 496 393,69	1 496 393,69	27/07/2001	18/07/2021	452 855,98	374 098,46	295 340,90	216 583,30
Obras Inscritas no Plano	BPI	2 457 630,00	2 457 630,00	19/10/2006	26/07/2021	1 053 270,00	877 725,00	702 180,00	526 635,00
Rede Viária - intempéries	CGD	2 443 555,15	2 443 555,15	22/08/2001	22/08/2021	800 354,56	662 345,96	524 337,36	386 328,76
Estádio Municipal EURO 2004	BPI	22 460 000,00	22 460 000,00	11/06/2003	06/06/2023	8 734 444,42	7 486 666,67	6 238 888,89	6 238 888,89
Estádio Municipal EURO 2004	BPI	9 700 000,00	9 700 000,00	18/12/2003	02/12/2023	5 119 444,36	5 119 444,36	5 119 444,36	5 119 444,36
Remodelação Estádio(LSP)	BPI/CGD	17 272 835,20	17 272 835,20	05/02/2014	15/09/2028	15 654 069,94	14 774 825,42	13 841 049,54	12 852 091,16
Estádio Municipal EURO 2004	DEXIA	12 644 526,00	10 252 318,35	25/10/2007	05/11/2032	6 971 576,43	6 561 483,69	6 151 390,95	5 741 298,21
Estádio Municipal EURO 2004	DEXIA	9 700 000,00	8 651 351,36	25/10/2007	05/11/2032	5 882 918,88	5 536 864,82	5 190 810,76	4 844 756,70
Totais		90 610 683,72	87 169 827,43	-	-	49 756 897,78	44 948 727,27	40 087 150,93	36 800 735,43

III.5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

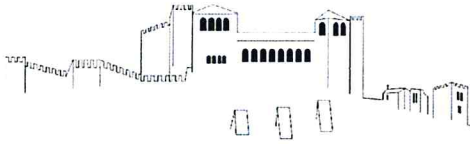
Os mapas relativos aos fluxos financeiros do ano de 2014, refletem a informação apurada pelo Município de Leiria enquanto entidade consolidante, dado que as entidades consolidadas não forneceram, atempadamente, a informação necessária.

Tipo de fluxos	SMAS / ML									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Subsídios	0,00				0,00	0,00	2.559.327,29		2.559.327,29	0,00
Empréstimos	47.785,72	254.318,04	0,00	302.103,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.197,00	10.983,17	176.071,53	142,30
Outros	1.773.177,14	2.506.431,97	18,48	2.966.491,66	1.313.098,97					0,00
Hig. Seg e Saude	1.463,06	8.391,48	0,00	7.126,82	2.727,72	0,00				0,00
Parcela de Terreno	18,48	37,55	18,48	37,55	0,00	0,00				0,00
Resíduos Sólidos	1.771.695,60	2.498.002,94		2.959.327,29	1.310.371,25					0,00
Total	1.820.962,86	2.760.750,01	18,48	3.268.595,42	1.313.098,97	0,00	2.746.524,29	10.983,17	2.735.398,82	142,30

Tipo de fluxos	TILS / ML									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Subsídios	-				-		378.594,00		378.594,00	-
Relações Comerciais		11.207,27		11.207,27	-		39.949,89		39.949,89	-
Total	-	-	-	-	-	-	378.594,00	-	378.594,00	-

Tipo de fluxos	TILS / SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	118,05	-	118,05	-					-
Total	-	118,05	-	118,05	-	-	-	-	-	-

Contas Consolidadas 2014



Município de Leiria
Grupo Autárquico

Tipo de fluxos	SMAS / TILS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	-	-	-	-	-	118,05	-	118,05	-
Total	-	-	-	-	-	-	118,05	-	118,05	-

III.6 – Informações relativas a compromissos

Os compromissos relativos a exercício futuros do grupo autárquico são os seguintes:

Agrupamento Económico	Município	SMAS	Total
Despesas com Pessoal	26 257,99		26 257,99
Aquisição de Bens e Serviços	1 760 587,29		1 760 587,29
Juros e Outros Encargos	-		-
Transferências Correntes	4 991 158,02		4 991 158,02
Subsídios	-		-
Outras Despesas Correntes	16 600,32		16 600,32
Aquisição de Bens de Capital	4 641 760,04	517 649,88	5 159 409,92
Transferências de Capital	2 951 467,84		2 951 467,84
Ativos Financeiros	-		-
Passivos Financeiros	-		-
Outras Despesas de Capital	-		-
Total	14 387 831,50	517 649,88	14 905 481,38

Relativamente a garantias prestadas, é de referir que o contrato de empréstimo, celebrado em 15 de maio de 2008, entre a Leirisport e o consórcio bancário Caixa Geral de Depósitos -Banco BPI, foi transferido para a titularidade do Município de Leiria, em 05 de fevereiro de 2014, sendo a transmissão da dívida acompanhada das suas garantias e direitos acessórios, estando as respetivas garantias descritas no referido contrato no ponto 20 – *Direitos do banco em caso de Incumprimento:*

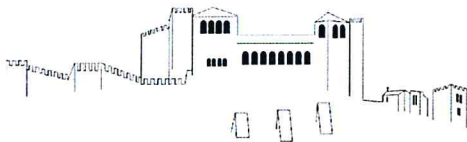
“20.1. – *Direitos dos Bancos:*

Sem prejuízo do disposto nos números seguintes a qualquer momento após a ocorrência de uma situação de incumprimento o Banco Agente poderá:

- *Declarar imediatamente vencidas todas as obrigações assumidas pela Leirisport, exigindo o pagamento imediato da totalidade dos montantes devidos;*
- *Proceder à imediata execução de todas ou parte das garantias e demais instrumentos constituídos ao abrigo do contrato;*
- *Reclamar quaisquer direitos da Leirisport emergentes do Contrato de Seguros;”*

Para garantia do cumprimento integral e atempado do crédito, encontra-se inscrito na conservatória do Registo Predial de Leiria, uma hipoteca voluntária sobre do Estádio Municipal de Leiria.

Contas Consolidadas 2014



Importa ainda referir que, em 26 de agosto de 2011, a DGCI procedeu à hipoteca Legal do Estádio Municipal de Leiria, para garantir a quantia exigida no processo de execução fiscal, e respetivos juros de mora vencidos e os vincendos, bem como custas processuais. A extensão da hipoteca legal é determinada em função do valor atribuído ao bem nos termos da ordem de preferência emergente das regras de registo.

Entretanto, o processo executivo foi suspenso, nos termos do disposto no art.º 52.º da LGT, conjugado com o art.º 169.º n.º9 e 11.º do CPPT, na redacção introduzida pela Lei n.º 3-B, de 28/04.

III.7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os definidos no ponto 4 do POCAL, sendo as provisões para riscos e encargos determinadas pelo ponto 2.7.1 e as amortizações calculadas com base no ponto 2.7.2 do POCAL e pelo estabelecido no cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Relativamente ao CIBE à que destacar o definido no artigo 34.º - Materialidade, onde é estabelecida uma taxa de amortização de 100% para os bens cujo valor de aquisição é inferior a 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime da função pública, que no ano de 2014 foi de €343,28 (80% significa €274,62).

Bens do domínio público

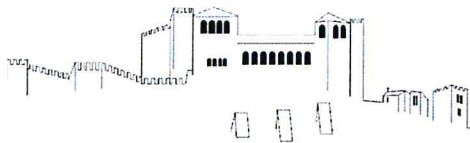
Os bens do domínio público são registados pelo custo de aquisição, pelo valor atribuído pela Comissão de Avaliação e nos casos dos bens transferidos da LeiriaPolis, S.A. pelo valor constante nos seus registos contabilísticos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou de produção. Quando se trata de imobilizações corpóreas obtidas a título gratuito, são utilizados dois procedimentos mediante a natureza do imobilizado. Nos bens móveis, ex. bens cedidos às escolas pelos Agrupamentos, se existir o documento de despesa, valoriza-se o bem de acordo com o custo, se não existir documento, o valor atribuído será zero. No caso dos bens imóveis, cedências de loteamentos, é a Comissão de Avaliação que atribui o valor.



Os bens são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, às taxas fixadas no CIBE, respeitando o definido na materialidade.

Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo princípio da substância sobre a forma.

Segundo este método os bens adquiridos através de contratos de locação financeira são registados por igual quantitativo no ativo e no passivo pelo mais baixo e justo valor, líquido de subsídios e de créditos de imposto, conforme a alínea a) e d) da nota explicativa à conta 42 do POCAL.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

Investimentos financeiros

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade. A referida Orientação remete-nos para a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro. De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

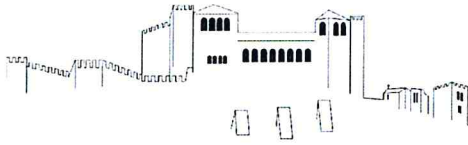
Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição e o critério de movimentação das saídas é o custo médio ponderado. O custo é calculado da seguinte forma:

$$\boxed{\begin{array}{c} \text{Matérias-primas,} \\ \text{subsidiárias e de} \\ \text{consumo} \end{array}} - \boxed{\begin{array}{c} \text{Custo de aquisição e} \\ \text{despesas adicionais} \end{array}}$$

Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são contabilizados com a emissão da guia de recebimento.



Provisões

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Assim, foram consideradas as cobranças duvidosas a depreciação de existências e riscos e encargos.

Para efeitos de constituição de provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado. O montante anual acumulado de provisão para cobertura destas dívidas é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% - Dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% - Dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeitos de constituição da provisão para depreciação de existências, consideraram-se as existências em armazém há mais de um ano que não tiveram qualquer movimento de entrada e atualização de preços durante o ano de 2014. O montante anual acumulado de provisão resulta das diferenças entre o custo de aquisição e o preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Para cálculo de provisões para riscos e encargos são considerados todos os pedidos de ressarcimento de danos por responsabilidade civil extracontratual e processos judiciais em que são solicitados e conhecidos os valores de indemnizações por danos materiais.

O apuramento de provisões para riscos e encargos inclui ainda valores calculados no âmbito dos art.º 16.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

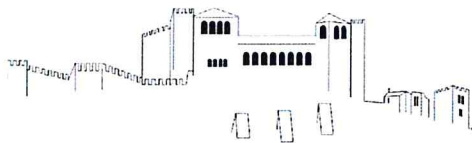
Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo registadas em euros.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

A informação contabilística relativa ao ano de 2014 é comparável com a prestada em 2013, dado que foram mantidas as políticas contabilísticas e os princípios contabilísticos geralmente aceites.



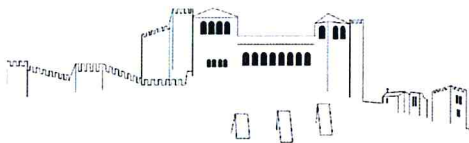
III.8 – Informações relativas a determinadas rubricas

III.8.1 – Ativo Imobilizado

Os quadros seguintes descrevem os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, durante o exercício de 2014.

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações e/ou Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	33.805.943,33	0,00	1.264.890,68	0,00	4.242.539,15	39.313.373,16
Terrenos e recursos naturais	4.908.323,75	0,00	116.155,32	0,00	35.000,00	5.059.479,07
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4.480.204,59	0,00	1.148.735,36	0,00	5.241.081,17	10.870.021,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	96.315,73	0,00	0,00	0,00	0,00	96.315,73
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de bens de domínio público	24.321.099,26	0,00	0,00	0,00	-1.033.542,02	23.287.557,24
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	4.675.542,65	-1.586.640,57	331.699,39	0,00	-177.292,00	3.243.309,47
Despesas de instalações	1.467.799,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.467.799,47
Despesas de investigação e de desenvolvimento	439.765,48	-439.765,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	2.502.256,40	-1.146.875,09	126.153,62	0,00	0,00	1.481.534,93
Planos e Projectos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	265.721,30	0,00	205.545,77	0,00	-177.292,00	293.975,07
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	318.927.794,89	-74.613.916,22	62.718.077,41	486.707,72	-5.286.472,27	301.258.776,09
Terrenos e recursos naturais	10.305.379,33	177.292,00	17.300,00	0,00	-67.456,44	10.432.514,89
Edifícios e outras construções	173.116.109,62	-60.616.753,12	49.016.016,65	402.750,00	5.157.393,03	166.270.016,18
Equipamento básico	18.675.623,18	-2.969.372,17	907.001,60	57.842,83	190.063,43	16.745.473,21
Equipamento de transporte	1.581.166,39	0,00	49.316,58	25.364,45	-100.409,43	1.504.709,09
Ferramentas e utensílios	151.552,76	0,00	882,36	0,00	-2.806,34	149.628,78
Equipamento administrativo	4.485.217,60	-256.306,28	74.865,40	750,44	666,32	4.303.692,60
Taras e vasilhame	7.818,87	0,00	640,00	0,00	0,00	8.458,87
Outras imobilizações corpóreas	11.343.215,03	-125.898,32	9.178,19	0,00	20.034,44	11.246.529,34
Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	99.261.712,11	-10.822.878,33	12.642.876,63	0,00	-10.483.957,28	90.597.753,13
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	4.865.483,94	47.093.089,52	14.320.920,13	0,00	-46.730.322,60	19.549.170,99
Partes de capital	3.700.018,94	44.570.948,08	19.403,01	0,00	-44.373.181,16	3.917.188,87
Obrigações e títulos de participação (FAM)	0,00	0,00	3.322.528,79	0,00	0,00	3.322.528,79
Investimentos em imóveis	1.165.465,00	0,00	156.110,00	0,00	0,00	1.321.575,00
Outras aplicações financeiras	0,00	2.522.141,44	0,00	0,00	-2.357.141,44	165.000,00
Imobilizado em curso	0,00	0,00	10.822.878,33	0,00	0,00	10.822.878,33
TOTAL	362.274.764,81	-29.107.467,27	78.635.587,61	486.707,72	-47.951.547,72	363.364.629,71

Contas Consolidadas 2014



Mapa das Amortizações e Provisões Consolidado – 2014

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público	788 659,11	495 101,66	1 532 018,26	2 815 779,03
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	788 659,11	495 101,66	1 532 018,26	2 815 779,03
Bens de património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-
Outros bens de domínio público	-	-	-	-
De imobilizações incorpóreas	2 644 143,43	126 172,97	-	2 770 316,40
Despesas de instalação	1482 867,43	-	-	1482 867,43
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	1082 004,78	12 792,55	-	1 194 797,33
Planos e Projectos	79 271,22	13 380,42	-	92 651,64
Outros	-	-	-	-
De imobilizações corpóreas	68 778 913,71	5 779 583,79	- 15 195,87	74 543 301,63
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	5 152 317,18	4 368 522,81	54 839,51	55 946 679,50
Equipamento básico	12 317 248,98	10 430 066,75	39 995,64	13 400 251,37
Equipamento de transporte	1 408 889,32	54 912,95	- 18 956,00	1 344 846,27
Ferramentas e utensílios	135 499,79	5 274,75	- 2 777,54	137 997,00
Equipamento administrativo	3 128 049,86	268 840,03	- 7 004,15	3 389 885,74
Taras e vasilhame	7 354,14	487,57	-	7 841,71
Outras imobilizações corpóreas	258 554,44	38 538,93	13 706,67	315 800,04
De investimentos financeiros	961 417,86	16 357,08	-	977 774,94
Partes de capital	921 355,00	-	-	921 355,00
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
De investimentos em imóveis	40 062,86	16 357,08	-	56 419,94
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	40 062,86	16 357,08	-	56 419,94
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
TOTAL	73 173 134,11	6 417 215,50	1 516 822,39	81 107 172,00

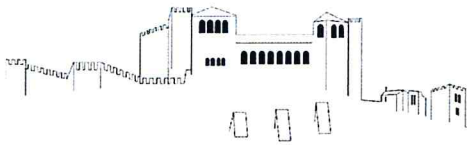
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

III.8.2 – Ativo Circulante

O mapa infra demonstra a evolução das dívidas de terceiros do grupo consolidante.

Dívidas de terceiros	2011	2012	2013	2014
Empréstimos concedidos	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00
Clientes c/c	1.127.543,82	1.459.780,48	929.583,71	662.140,45
Contribuintes c/c	844.903,39	794.233,04	803.246,62	748.582,04
Utentes c/c	3.159.428,53	2.548.745,14	1.967.265,54	2.086.433,58
Clientes de cobrança duvidosa	52.974,75	36.731,12	133.042,17	1.584.723,67
Estado e outros entes públicos	98.806,43	157.812,97	198.475,75	161.149,26
Outros devedores	3.791.543,63	3.329.831,78	1.647.789,85	2.416.844,94
Total	9.435.200,55	8.687.134,53	6.039.403,64	8.019.873,94

Contas Consolidadas 2014



III.8.3 – Recursos Humanos e Remunerações aos Órgãos Sociais

Relativamente aos recursos humanos e de acordo com o artigo 62º do OE2014, durante o ano de 2014, as autarquias locais reduzem, no mínimo, em 2%, o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013. Para a aferição desta redução contribuem todos os trabalhadores do grupo autárquico, ou seja, os trabalhadores do Município, dos Serviços Municipalizados e do Teatro José Lúcio da Silva.

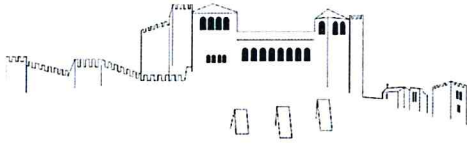
Número de Trabalhadores						
Anos	2011	2012	2013	2014	Variação	%
N.º	906	832	780	745	-35	-4,5%

No que se refere às remunerações dos Órgãos Sociais do perímetro de consolidação, apenas foram atribuídas pela entidade consolidante aos membros dos órgãos autárquicos.

Entidade	Remunerações €
Município	285 659,88
SMAS	-
TJLS	-

III.8.4 – Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	2014	2013	Código das contas	2014	2013
681 - Juros Suportados	1 673 034,27	1 805 477,19	781 - Juros Obtidos	34 247,61	41 537,11
682 - Perdas em Entidades Participadas	1 424 151,23	-	782 - Ganhos Em Entidades Participadas	-	-
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis	16 357,08	14 566,31	783 - Rendimentos de Imóveis	3 032 991,68	3 062 295,46
684 - Provisões Para Aplicações Financeiras	-	-	784 - Rendimentos de Participações de Capital	221 684,10	120 728,04
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-	-	785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	-
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-	786 - Desc. de Pto. Pagamento Obtidos	107,51	163,14
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras	102 070,13	149 846,73	787 - Ganhos na Alien. Aplic. Tesouraria	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	90 159,63	1 322 926,10	788 - Outros Prov. E Ganhos Financeiros	16 741,44	67 796,58



III.8.5 – Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Código das contas	2014	2013	Código das contas	2014	2013
691 - Transferências De Capital					
Concedidas	1 526 166,49	1 463 358,27	791 - Restituição de Impostos	0,00	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	1 756,59	994 757,79	792 - Recuperação de Dívidas	0,00	248 261,44
693 - Perdas Em Existências	33 578,51	42 696,57	793 - Ganhos em Existência	51 667,84	44 822,50
694 - Perdas Em Imobilizações	302 138,34	23 212,76	794 - Ganhos Imobilizações	289 955,70	98 145,98
695 - Multas E Penalidades	169,88	120,00	795 - Benefícios Penal. Contratuais	279 500,81	27 235,54
696 - Aumentos Amortiz. Provisões	0,00	0,00	796 - Reduções Amort. Provisões	1 365 703,44	1 111 937,22
697 - Correções Rel. Exerc. Anteriores	581 549,59	812 225,50	797 - Correções Relat. Exer. Anteriores	293 186,33	256 660,50
Extraordinários	31 664,89	23 668,23	Extraordinários	3 196 298,57	3 062 756,35
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	2 999 288,40	1 489 780,41			

III.8.6 – Desdobramento das contas de provisões

No exercício de 2014, do grupo autárquico municipal, as provisões tiveram os seguintes movimentos:

Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	814.553,84	584.766,65	130.659,85	1.268.660,64
Provisões para riscos e encargos	7.037.861,06	6.037.767,37	4.939.156,69	8.136.471,74
Provisões para depreciação de existências	49.839,45	26,07	43.612,28	6.253,24
Provisões para investimentos financeiros	921.355,00	0,00	0,00	921.355,00
	8.823.609,35	6.622.560,09	5.113.428,82	10.332.740,62

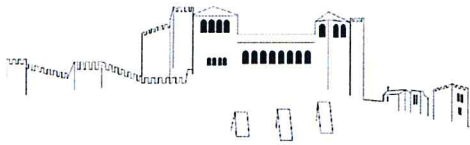
O aumento das provisões para cobranças duvidosas deve-se principalmente à transferência das dívidas da empresa municipal para a esfera do Município.

Por uma questão de prudência, foi constituída uma provisão no valor de €3.997.791,55, relativamente ao Processo de Imposto Sucessório n.º 52120 que se encontra desde 9 de janeiro de 2012 no Tribunal Tributário de Lisboa.

Foi ainda, anulada a provisão constituída para fazer face ao resultado líquido dos Serviços Municipalizados.

As provisões para depreciação de existências tiveram em conta em existências em armazém, há mais de um ano, que não tiveram qualquer movimento de entrada e a atualização de preços à data de 31 de dezembro. Tendo em conta que o grupo autárquico usa, para valorização das existências, o método do

Contas Consolidadas 2014



custo médio ponderado, verifica-se que a maioria dos bens se encontra valorizado correctamente, daí o montante provisionado.

III.9 – Informações diversas

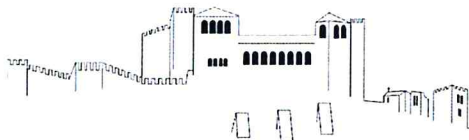
Dívida Total Consolidada

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, que engloba entidades para além das que fazem parte do perímetro de consolidação, regendo-se pelos seguintes normativos:

Relativamente ao perímetro de consolidação não é correto assumir-se que o mesmo corresponde obrigatoriamente ao perímetro das entidades relevantes para efeitos de apuramento dos limites dívida total, isto, designadamente, porque:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram (em regra, a respetiva dívida de operações orçamentais é imputada de forma proporcional à quota do município para as suas despesas de funcionamento) e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integramos perímetros de consolidação de qualquer município;
- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (conforme artigos n.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e artigos 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (conforme artigo n.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), sendo a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (artigo n.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades consolidantes (pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Contas Consolidadas 2014



Assim, não se podem confundir ou pretender que sejam idênticos os perímetros das entidades relevantes para o limite da dívida total dos municípios e para a sua consolidação de contas ou das entidades intermunicipais e associativas municipais.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), estipula, no n.º 2 do art.º 97.º que "Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013".

Face ao exposto e tendo em conta os dados retirados da aplicação informática SIAL, o limite da dívida total para 2014 é €95.130.730,00, como se demonstra no quadro seguinte:

Receita Corrente Líquida	Valores €
2011	62 010 149
2012	61 382 478
2013	66 868 834
Média	63 420 487
1,5 vezes a Média	95 130 730

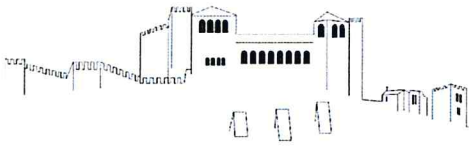
Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento, a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De acordo com o explanado, a dívida total das operações orçamentais das entidades consolidadas é de €59.759.206,75.

Descrição	Município	SMAS	TJLS	Total
Total das Dívidas a Terceiros (a)	60.634.835,29	4.382.547,92	36.823,32	65.054.206,53
Contribuição do Município para o FAM (b)	3.322.528,79	-	-	3.322.528,79
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria (c)	1.322.462,20	643.530,24	6.478,55	1.972.470,99
Dívida Total das Operações Orçamentais Consolidada (d=a - b-c)	55.989.844,30	3.739.017,68	30.344,77	59.759.206,75

Importa referir que, de acordo com a Nota Explicativa do SATAPOCAL, o montante referente à contribuição do Município de Leiria, para o Fundo de Apoio Municipal, não releva para o limite da dívida total, previsto no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI, apesar do seu reconhecimento, no passivo, em 2014, pelo que o valor se encontra individualizado no mapa infra.

A nota explicativa do SATAPOCAL esclarece que "o Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para

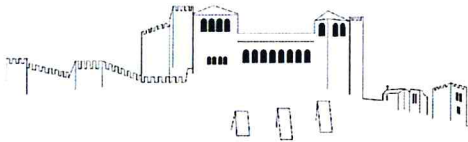


Município de Leiria

Grupo Autárquico

o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano de 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total.”

Handwritten signatures in blue ink, arranged vertically on the left side of the page.



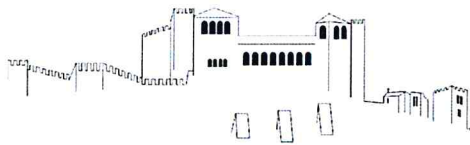
Município de Leiria

Grupo Autárquico

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

IV. Relatório de Gestão Consolidado

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★



IV – Relatório de Gestão Consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico são as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Entidades a consolidar

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

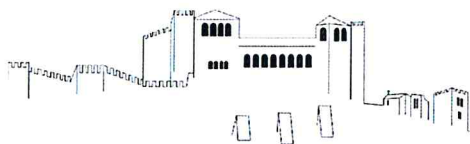
TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA

O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2014, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua



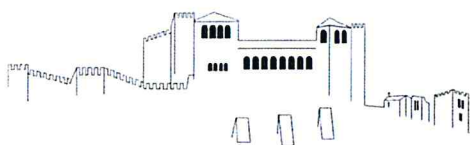
Município de Leiria
Grupo Autárquico

estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

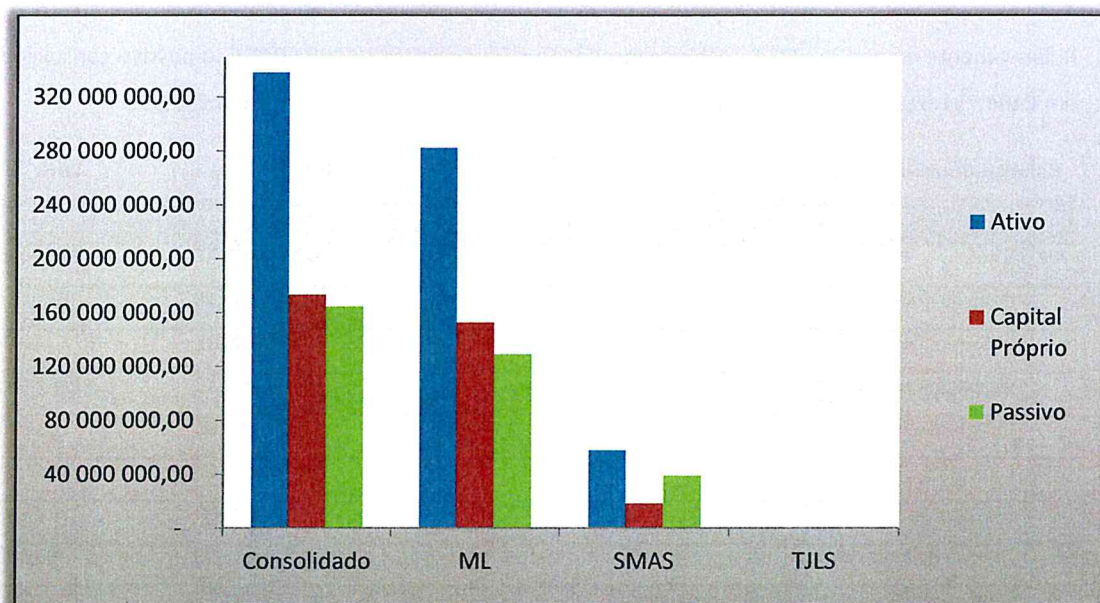
Relativamente ao ano de 2014, o ativo consolidado cifra-se em €338.400.604,36, o passivo consolidado em €164.791.611,97 e os fundos próprios do grupo autárquico totalizam €173.604.992,39.

Balço Consolidado	2014	2013
Ativo	338.400.604,36	317.765.093,87
Ativo Fixo	282.257.457,71	274.007.038,91
Bens do domínio público	36.497.594,13	33.017.284,22
Imobilizações incorpóreas	472.993,07	624.044,81
Imobilizações corpóreas	226.715.474,46	236.461.643,80
Investimentos financeiros	18.571.396,05	3.904.066,08
Ativo Circulante	30.211.870,05	20.909.491,87
Existências	727.825,00	729.931,46
Dívidas de terceiros	6.751.213,30	6.039.403,64
Depósitos em instituições financeiras e caixa	22.732.831,75	14.140.156,77
Acréscimos e diferimentos	25.931.276,60	22.848.563,09
Fundos próprios	173.608.992,39	155.056.867,04
Património	91.867.838,93	81.612.660,70
Ajustamentos de partes de capital em associados	261.881,91	-2.086.950,52
Reservas de reavaliação	163.047,40	61.791,42
Reservas legais	22.340.226,43	21.686.851,39
Reservas Livres	55.673,33	55.673,33
Subsídios	58.178,59	2.516.576,01
Reservas Doações	5.749.062,26	5.588.954,02
Reservas decorrentes da transferência de ativos	12.642.027,38	12.642.027,38
Resultados transitados	27.630.595,23	20.928.046,91
Resultado líquido do exercício	12.840.460,93	12.051.236,40
Passivo	164.791.611,97	162.708.226,83
Provisão para riscos e encargos	8.136.471,74	3.918.731,44
Dívidas a instituições de crédito de m/l prazo	53.786.833,85	-
Empréstimos de m/l prazo	49.225.184,90	56.563.643,61
Outros credores de m/l prazo	2.847.881,79	-
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	1.713.767,16	2.766.697,61
Dívidas a terceiros - curto prazo	11.062.469,71	11.843.956,50
Acréscimos e diferimentos	91.805.836,67	87.615.197,67
Fundos próprios + Passivo	338.400.604,36	317.765.093,87

Contas Consolidadas 2014



O gráfico seguinte mostra a composição do balanço, quer consolidado, quer das entidades individuais.



O resultado líquido consolidado de 2014 foi de € 12.840.460,93, verificando-se um ligeiro aumento face ao período homólogo, no montante de € 789.224,53.

Demonstração de Resultados

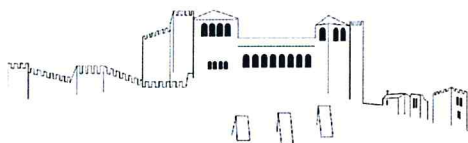
A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2014.

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis por mais de metade dos proveitos do grupo municipal. De mencionar que o acréscimo verificado nos impostos e taxas foi proporcionado pelo acréscimo na receita de IMI.

O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar proveitos para fazer face aos custos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício tem a sua origem na atividade operacional do grupo consolidado.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

CUSTOS		2014	2013	PROVEITOS		2014	2013
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		690.346,08	617.791,08	Vendas e prestações de serviços		12.926.372,72	12.149.925,16
Fornecimentos e serviços externos		25.200.605,14	27.055.332,01	Impostos e Taxas		33.236.192,56	30.532.220,28
Custos com o pessoal:		15.684.536,13	16.186.979,83	Variação da produção		-	-
Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais		1.650.663,70	1.899.063,44	Trabalhos para propria Entidade		76.604,09	214.814,10
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		6.400.858,42	7.032.681,39	Proveitos suplementares		11.603,64	4.620,95
Provisões		6.166.408,02	866.025,91	Transferencias e Subsídios		19.561.634,11	20.397.584,71
Outros custos operacionais		324.153,26	464.042,09	Outros proveitos e ganhos operacionais		56.176,53	63.474,58
Total A)		56.117.570,75	54.121.915,75	Total B)		65.868.583,65	63.362.639,78
Outros juros e custos similares		3.215.612,71	1.969.851,79	Outros juros e proveitos similares		3.305.772,34	3.292.777,89
Total C)		59.333.183,46	56.091.767,54	Total D)		69.174.355,99	66.655.417,67
Custos e perdas extraordinários		2.477.024,29	3.360.039,12	Proveitos e ganhos extraordinários		5.476.312,69	4.849.819,53
Total E)		61.810.207,75	59.451.806,66	Total F)		74.650.668,68	71.505.237,20
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	2.194,14				
Total G)		61.810.207,75	59.454.000,80				
Resultado líquido do exercício consolidado		12.840.460,93	12.051.236,40				
		74.650.668,68	71.505.237,20				

Indicadores Económicos e Financeiros

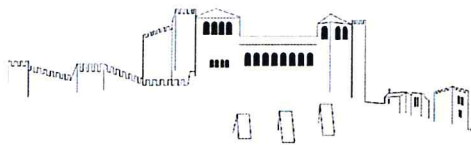
Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que pelo facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económica do grupo autárquico.

São geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento.

No entanto, no caso do grupo autárquico, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores do grupo consolidado permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Contas Consolidadas 2014



Município de Leiria

Grupo Autárquico

	Indicadores	2014	2013
Liquidez Geral	Activo circulante / Passivo Circulante	54,58%	21,02%
Liquidez Reduzida	Activo Circulante – Existências / Passivo circulante	53,87%	20,28%
Activo Circulante	Existências + Dívidas de terceiros + Disponibilidades + Acréscimos e diferimentos	56.143.146,65	20.909.491,87
Passivo Circulante	Dívidas a terceiros curto prazo + Acréscimos e diferimentos	102.868.306,38	99.459.154,17
Taxa de Cobertura activo circulante pelo Fundo Maneyo	Fundo Maneyo / Activo Circulante	41,79%	71,12%
Fundo Maneyo	Existências + Disponibilidades	23.460.656,75	14.870.088,23
Endividamento	Dívidas a m/l e curto prazo / passivo total	39%	43,74%
Grau de dependência dos empréstimos m/l prazo	Empréstimos m/l / Activo Líquido	14,55%	17,8
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Passivo Total	105,35%	95,3
Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	78,95%	77,23%
Capitais permanentes	Capital Próprio + Empréstimos m/l prazo	222.834.177,29	211.620.510,65
Imobilizado Líquido	Bens de domínio público + Imobilizado corpóreo e incorpóreo + investimentos financeiros	282.257.457,71	274.007.038,91

Da análise efetuada, verifica-se que, de uma forma geral, a evolução é positiva, tendo em conta que o rácio do endividamento diminuiu, face a 2013, em cerca de 4,5%, cifrando-se nos 39%. Também a autonomia financeira evolui positivamente, apresentando valores superiores a 1, o que significa uma fraca dependência do financiamento externo.

Contas Consolidadas 2014



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERREZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

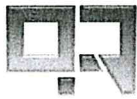
1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do *Município de Leiria*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 338.400.604 euros e um total de Fundos Próprios de 173.608.992 euros, incluindo um resultado líquido de 12.840.461 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da *Câmara Municipal de Leiria* a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação do *Município*, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido examinadas;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Não foi ainda terminada a inventariação completa dos bens de domínio público, de imobilizações corpóreas e de imobilizações em curso do *Município de Leiria* (entidade mãe), não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das amortizações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes amortizações.
8. Relativamente à conta de Clientes dos SMAS, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (UBS), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar



sobre a sua cobrabilidade. Esta limitação implica também a impossibilidade de apurar o montante de clientes de cobrança duvidosa, à data de 31 de dezembro de 2014, e consequentemente de proceder à constituição da respetiva provisão.

9. Solicitámos aos *SMAS* que circularizassem Clientes, Fornecedores e Outros devedores e credores. Decorrente dos testes efetuados às reconciliações dos saldos destas contas, verificámos a existência de uma divergência resultante de uma fatura da SIMLIS, S.A., não contabilizada pelos *SMAS*, no montante de 625.453 euros.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima e exceto quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do *Município de Leiria*, em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de consolidação previstos na Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.



ÊNFASE

12. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de, durante o exercício, a *Leirisport, E.M. – Sociedade em Liquidação*, ter sido liquidada e todo o património da sociedade, ativo e passivo, foi transmitido para o Município de Leiria, na qualidade de acionista único.

Lisboa, xx de xxxxx de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359

DRAFT